

Identidades culturais e educação no mundo globalizado

Pascoal Jorge Sampa *

 <https://orcid.org/0000-0002-6741-7754>

Resumo: A valorização das identidades culturais e educação no mundo cada vez mais globalizado, exige não só as repetições, mas também afirmação das identidades culturais menos divulgadas, pois, são as que mais agregam os traços das culturas mais divulgadas pela globalização. O trabalho analisa de que maneira a globalização opera e quais os seus impactos nas identidades culturais e modelos de educação e, identifica o caráter flexível destas identidades culturais. O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa e um estudo descritivo, com a finalidade de explorar, compreender e descrever esta realidade na Guiné-Bissau, quanto aos procedimentos metodológicos foi adotado uma pesquisa exploratória através de entrevistas com 10 estudantes e 5 professores que estudam este tema e através do levantamento bibliográfico, por meio das análises dos trabalhos que debruçam sobre esta temática. Com a chegada do mundo moderno, transformações ocorreram em diferentes sociedades como, por exemplo, na Guiné-Bissau, gerando-se um enfrentamento entre culturas e sistemas de educação e das questões linguísticas entre o português, crioulo e as línguas étnicas que existem no país. Isso resultou na dominação de algumas realidades e, conseqüentemente, na afirmação e predomínio de certas identidades culturais e modelos de educação na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Cultura; Educação; Identidades; Globalização; Guiné-Bissau.

Cultural identities and education in the globalized world

Abstract: The valorization of cultural identities and education in an increasingly globalised world requires not only the repetition but also the affirmation of less publicised cultural identities. For, they are the ones that most aggregate the traits of the cultures most disseminated by globalization. The work analyzes how globalization operates and what are its impacts on cultural identities and models of education and identify the flexible character of these cultural identities. The work analyzes how globalization operates and what its impacts are on cultural identities and education models and identifies the flexible character of these cultural identities. The study was carried out through a qualitative approach and a descriptive study, with the purpose of exploring, understanding, and describing this reality in Guinea-Bissau, regarding the methodological procedures, exploratory research was adopted through interviews with 10 students and 5 teachers who study this theme and through the bibliographic survey, through the analysis of the works that focus on this theme. With the arrival of the modern world, transformation take place in different societies, such as in Guinea Bissau, expanding a delayed between cultures and education systems and the linguistic issues between Portuguese, Creole and the ethnic languages that exist in the country. This has resulted in the domination of some realities and, consequently, in the affirmation and prevalence of certain cultural identities and models of education in the world.

Keywords: Culture; Education; Identities; Globalization; Guinea Bissau.

* Bacharel em Humanidades e Licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Redenção – CE, Brasil. Mestrando em Política Social pela Universidade de Lisboa – Portugal. E-mail: pascoalsampa@hotmail.com.

Identidadis culturas i educason na mundu globalizadu

Ruzumu¹: Valorizason di identidadis culturas di educason na um mundu mas unidu, i ta pidi nao so rípitisons mas tambe afirmason di identidadis culturas menus divulgadus. Pabia i elis ki mas na djunta trasus di culturas mas divulgadus pa globalizason. Tartadju analisa di kal manera ku globalizason ta opera e kal ki si impactus na identidadis culturas e mudelus di educason i pa djubi caráter flexibel des identidadis culturas. Studu realizadu pa um abordagem qualitativa e pa um studu discriptivu para explora, compreendi i discriví es realidade na Guiné-Bissau, pa procedimentus metodoloicos i cudjido um piskisa exploratório através di intrivistas ku 10 studentis i 5 pursoris ki ta studa es assuntu i tambe ku labantamentu bibliograficu. Ku tchigada di mundu mudernu, transformasons acontissi na diferentis sociedadis, suma na Guiné-Bissau, i es fassi um enfrentamentu entri culturas i sistemas di educason i, di kistons di língua entri portuguis, criol ku língua di diferentis etnias. Es resulta na dominason di alguns realidadis e na afirmason i predomínu di certus identidadis culturas i modelus di educason na mundu.

Palabras-tchabi: Cultura; Educason; Identidadí; Globalizason; Guiné-Bissau.

Considerações iniciais

Ao longo dos séculos, as culturas e os sistemas de educação tiveram um caráter reprodutor, isto é, elas respondiam por certa região ou povo que as representavam e eram passadas para gerações vindouras através do ensino e outras formas de transmissão do conhecimento. Com o passar do tempo esse fato mudou, principalmente com o processo de globalização, do início do século XVIII, onde mudanças nas relações sociais aconteceram de maneira diversificada e vertiginosa. Houve avanços em diferentes áreas do saber, num “ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento” (GIDDENS, 1991, p. 12). Estas mudanças ocorreram em diferentes áreas e níveis, num espaço de tempo muito curto, algumas com efeitos positivos e outras nem tanto para o bem-estar da sociedade.

Essas transformações decorrentes da globalização afetam em grande parte as diferentes identidades culturais e os modelos de educação existentes no mundo, especialmente nos países não ocidentais, que sofreram várias influências das sociedades ocidentais. Seja por imposições de adaptação a esses modelos pelas suas hegemonias perante esses países, como através do consumo consciente ou não das suas

¹ A língua crioula da Guiné-Bissau e a mais falada no país, deixando o português para trás, a língua oficial da Guiné-Bissau. Um país com um território de 36.125 km² e com uma população estimada em 1.520.830 habitantes, segundo o último censo (INE, 2009). Situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com a República do Senegal, ao sul e leste com a República de Guiné e banhado a oeste pelo oceano Atlântico. Proclamou a sua independência em 24 de setembro de 1973, o primeiro país dos que foram invadidos por regime colonial português na África a tornar-se livre do jugo colonial. Além da língua crioula, o país tem mais de 20 línguas étnicas que se cruzam no dia a dia da população guineense.

manifestações culturais. Povos com realidades diferentes sofreram alterações nos seus modos de viver com advento da globalização.

A globalização é um conjunto de trocas desiguais pela qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival. (SANTOS, 2002, p. 63).

A globalização consegue criar essas articulações, mas nem sempre de maneira horizontal. Na maioria das vezes as articulações estabelecidas por meio da globalização fazem as identidades de uma determinada sociedade *local* tornar-se *global* e servir de modelo para as outras sociedades, ou seja, é uma relação vertical, da identidade *mais divulgada*² para a *menos divulgada*.

Conforme Cucho (2013) não se deve cometer o erro de considerar a cultura como uma construção totalmente semelhante e unificada no seio de um determinado povo, visto que no grupo é possível deparar-se com diferentes formas culturais e não as confundir também com as identidades culturais. Existe uma diferença entre a cultura e a identidade cultural, que passa muitas vezes despercebida, devido às suas aproximações. Para o autor, a cultura releva-se aos processos inconscientes por parte dos indivíduos, ela pode existir sem a consciência identitária dos indivíduos, como conjunto de significados e produções em diferentes campos de saberes de uma sociedade. Enquanto a identidade cultural remete a um sentimento de pertença, de certo modo, inato e adquirida necessariamente de maneira consciente, porque assenta em posições simbólicas.

Neste trabalho analisarei de que modo os impactos da globalização têm influenciado algumas identidades culturais e modelos de educação, estabelecendo modelos dominantes para diferentes sociedades. O objetivo é entender de que maneira a globalização opera em diferentes culturas, analisar os seus efeitos nas identidades culturais e nos modelos de educação, que através dos processos da globalização procuram assemelhar os sistemas educativos, importando modelos de outros países e realidades para servir como padrão internacional. Compreender a influência e supremacia das línguas estrangeiras que são dominantes nessas sociedades, como na Guiné-Bissau

² Este é um termo que cunho para referir-se às identidades ocidentais, em geral, sendo fortemente vendidas nas mídias mundiais e impactam sobremaneira os indivíduos das outras culturas. Tornando assim, modelos para outras culturas que chamarei identidades menos divulgadas. Portanto, daqui adiante as identidades mais divulgadas referem-se às identidades culturais europeias e estadunidenses, que se tornaram modelos padrões com a influência da globalização. Já as identidades menos divulgadas, as que não fazem parte deste recorte e sofrem constantemente influências externas.

onde a língua portuguesa é tida como oficial e gerando silenciamento da língua crioula e mais de vinte línguas étnicas presentes naquela sociedade. Trato também de identificar o caráter flexível e de abertura das identidades culturais menos divulgadas, enquanto estas agregam e compartilham os traços das identidades mais divulgadas pelo processo de mundialização.

O trabalho será orientado metodologicamente por uma abordagem qualitativa e um estudo descritivo, quanto aos procedimentos metodológicos foi adotado a pesquisa exploratória com as informações coletadas por intermédio de levantamento bibliográfico e das entrevistas, através dos autores fundamentais para compreender esses fenômenos. (Gil, 2017). Foram entrevistadas quinze pessoas, entre estudantes e professores universitários, dez estudantes e cinco professores que foram selecionados devido o envolvimento de cada um nestes assuntos (estudam estas problemáticas), tanto das identidades culturais como da língua crioula e línguas étnicas na Guiné-Bissau através de entrevistas diretas e/ou por um questionário *online*, os entrevistados foram informados previamente da finalidade da pesquisa que é essencialmente acadêmica.

O trabalho será dividido em duas partes, a saber: no primeiro momento, abordarei a questão das identidades culturais, as suas contradições e dilemas perante a globalização, já a segunda parte do texto terá como foco as discussões sobre a língua crioula e a importância das mais de vinte línguas étnicas que existem na Guiné-Bissau. Dada à influência que a língua crioula tem no país, intento refletir também sobre a sua função operante do silenciamento e homogeneização das línguas étnicas. As entrevistas reforçam as discussões ao longo do texto, desde o debate sobre as identidades, globalização e sobre a língua crioula na Guiné-Bissau, mas principalmente neste último tópico.

1 O dilema das identidades culturais no mundo globalizado

Conforme com Cucho (2013) as identidades culturais se constroem e reconstroem constantemente por trocas sociais realizadas pelos indivíduos em determinada época, o que às vezes muda é o lugar, já que este não é limitado e as identidades precisam sempre de uma renovação. Um compromisso contínuo que funciona como uma afirmação ou atribuição identitária por parte dos membros do grupo. Elas também são construídas e reconstruídas através de lutas sociais. Para o autor, nem todos os grupos têm o mesmo

“poder de identificação”, dado que este depende da posição ocupada no sistema de relações que ligam os grupos uns aos outros no mundo globalizado.

Assim sendo, não podemos esperar que as ciências sociais nos ofereçam uma definição justa e irrefutável desta ou daquela identidade cultural, no que diz respeito ao seu posicionamento nesse sistema. O papel das ciências sociais é o de fornecer explicações de como os processos de identificação se dão, sem julgar uma ou outra identidade cultural. O autor traz duas perspectivas sobre as identidades culturais.

Para os objectivistas, um grupo sem língua própria, sem cultura própria, sem território próprio, [...] não pode aspirar e constituir um grupo etnocultural [...] não pode reivindicar uma identidade cultural autêntica. Para os “subjectivistas”, a identidade cultural não pode ser reduzida à sua dimensão atributiva: não é uma identidade recebida de uma vez por todas. A identidade etnocultural não é mais que um sentimento de pertença ou uma identificação com uma coletividade imaginária (CUCHE, 2013, pp. 138-139).

Pode-se constatar que a questão das identidades culturais é mais complexa do que se imagina, comportando diferentes abordagens, pois aqui entra o papel da educação para assumir e manifestar essas identidades. Dialogando com Bourdieu (2015) através do conceito de capital cultural podemos observar isto quando ele define capital cultural como conjunto de apropriações dos bens simbólicos, recursos, competências disponíveis e imobilizáveis em matéria da cultura, mecanismos importantes dentro de qualquer sociedade. Segundo o autor, “o rendimento escolar [...] depende do capital cultural previamente investido pela família e o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social também herdado e pode ser colocado a seu serviço” (BOURDIEU, 2015, p. 82). Posto isto, o capital cultural pode ser classificado em três tipos (estados), sendo eles: o capital cultural incorporado; o objetivado e por último, o capital cultural institucionalizado.

Conforme Bourdieu (2015) o capital cultural no estado incorporado é um conhecimento ou competência que faz parte do dispositivo do *habitus*³ do indivíduo, considerado um conhecimento que serve como base dos outros. O trabalho para a sua aquisição é pessoal, é um trabalho do sujeito sobre si mesmo, um “cultivar-se”, visto que, esse é recebido em grande parte pela herança familiar, facilitador dos códigos escolares.

³ Sistema de disposições duradouras e transponíveis, que funcionam como estruturas predispostas (sociedade) e estruturas estruturantes (indivíduo, mente), adquiridos através da vivência, ele é mediador do mundo interno e externo do sujeito. BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

Já no seu estado objetivado é transmissível pela sua materialidade (a propriedade jurídica) no dia a dia dos indivíduos em face dos seus interesses em diferentes campos de conhecimento (científico, artístico, etc.), a sua apropriação depende necessariamente do capital cultural no seu estado incorporado.

Finalmente, no estado institucionalizado é a objetivação dos capitais culturais incorporados no indivíduo através de títulos, declarações, diplomas, etc., ou seja, um reconhecimento público/privado de uma instituição através de documentos, reconhecendo uma habilidade ou poder a um indivíduo. O importante nesse processo é que cada capital cultural adquirido se adéqua a uma determinada função, seja ela de subverter ou manter as relações de dominação; de conferir o poder de reconhecimento e da legitimação dos indivíduos na sociedade. Assim:

A acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis, só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital (BOURDIEU, 2017, p. 86).

A educação e a cultura de uma sociedade são fundamentais para acumulação desses capitais, desde que elas sejam conhecimentos que refletem a realidade que o indivíduo está inserido e, não criando o distanciamento entre os conhecimentos adquiridos e as realidades vivenciadas. Como chama atenção Hall (2006), existe uma espécie de afrouxamento de identificações com as culturas nacionais, fato que acontece atualmente nas nossas sociedades, tanto ocidentais como no resto do mundo. Com isso, as identidades regionais, comunitárias e locais têm se tornado mais importantes atualmente, chamadas identidades micro. Hall (2006), considera que as identidades podem ser: cultural, linguística, religiosa, étnica, de classe, profissional, regional, nacional etc. por ter um caráter genérico e irrestrito.

Desse modo, é difícil conservar as identidades nacionais nos países não ocidentais, dado que elas sofrem influências tanto dentro como fora, em grande volume por parte das identidades mais divulgadas. Elas são afetadas nos territórios nacionais, devido à grande diversidade que existem nesses países e fora pela mídia internacional, por via das TVs, rádios e sistemas de comunicação, que atingem até as pequenas localidades desses países. O que faz essas identidades serem “afetadas de várias

formas, primeiro pela tentativa de apagamento das suas origens e em segundo momento, por distorcer a real história e vivências dos nossos povos” (Entrevistado E).

Conforme Hall (2006) a mídia desempenha um papel fundamental na unificação das culturas, ela contribui também na dominação de algumas identidades culturais sobre as outras. Para Santos “a globalização tanto produz a homogeneização como a diversidade” (SANTOS, 2002, p. 46). De um lado, a globalização condiciona a nivelção das culturas e do outro diversifica, fazendo algumas culturas serem modelos culturais e de educação onde as outras tendem a copiá-las como ideais. Como conta um dos entrevistados.

A globalização, além de invadir uma cultura, modifica costumes, mas também ajuda a expandir as novas tecnologias. Digamos assim que “constrói e destrói”, uma vez que a identidade é o que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como grupo social e a cultura faz parte de uma realidade (Entrevistado B).

Em vista disto, as culturas menos divulgadas são prejudicadas pelas culturas que têm o apoio da mundialização dos sistemas de comunicação (mídias e outros veículos de comunicação) que fazem parte do mundo moderno e da própria educação. Interferindo no processo de autoafirmação das identidades culturais dos indivíduos que pertencem a essas culturas. As manifestações das identidades culturais passaram a ser idealizadas para seguir e cumprir os modelos estabelecidos pelas culturas mais divulgadas, os indivíduos tendem a identificar-se com as identidades culturais das outras culturas e não necessariamente das que pertencem, motivados fortemente pela educação e globalização.

Introduzo nessa discussão os três conceitos de Simmel (1983), no seu trabalho intitulado: “A natureza da cultura”, o autor classifica como fundamentais para o processo de construção de uma identidade cultural, quais sejam: *continuidades*, *rupturas* e *agregações*. Esses conceitos permitem pensar o ajustamento das identidades culturais aos modelos estabelecidos pelo mundo globalizado ou no fortalecimento destas identidades menos divulgadas. É importante pensar numa articulação, *local* e *global*, não o local, como uma identidade fechada, limitada ou arcaica, mas, uma identidade ligada a um determinado povo, definida através das relações dos indivíduos e nas suas trocas quotidianas.

Igualar essas culturas através dos processos da integração, sem uma articulação que considere todos os aspetos pertencentes a essas sociedades de modo a conciliar as

partes, cria e sustenta uma desigualdade entre as culturas e não uma diversidade como relata Santos (2002), privilegiando assim, certas identidades como modelo padrão. Conforme Santos (2002) “a ideia de uma cultura global é, claramente, um dos principais projetos da modernidade” (SANTOS, 2002, p. 47). O local e o global deveriam estar em constante diálogo ou interação por meio da educação, visto que, “as identidades nacionais podem ser alteradas quando o sistema educativo é direcionado para mudança de uma realidade. Por exemplo, na maneira de pensar de um povo, como fez Nelson Mandela” (Entrevistado F).

Segundo Hall (2006), a globalização das culturas é uma farsa, dado que, ela está mais direcionada pelo ocidente, deixando de lado outras culturas. Tal evento consegue acelerar e comprimir o espaço e o tempo, o que gera contradição, enquanto permite muitas pessoas terem acesso às informações em tempo real, como também deixa uma grande parcela desinformada ou alienada. Este fato cria desequilíbrio no campo cultural. Sobre essa questão Canclini (2007) usa a seguinte metáfora: “quando Davi não sabe onde está Golias”,⁴ para mostrar as contradições do processo da globalização e as suas mudanças, a qual ele considera também uma farsa. Segundo o autor, a globalização incentiva à concorrência internacional, o que acaba por desestruturar a produção cultural endógena.

Dessa forma, podemos entender a globalização como um conjunto de estratégias e mecanismos para manter a preponderância de grandes indústrias e corporações financeiras, de novo entra a metáfora supracitada. É a tecnologia da informação que possibilita às empresas no mundo capitalista, terem “poderes anónimos e translocalizados”, com sujeitos que trabalham num país ou região e os patrões que vivem em outro país e muitas vezes são identificáveis.

A globalização tornou mais complexa a distinção entre relações primárias, em que se estabelecem vínculos diretos entre pessoas e relações secundárias, que ocorrem entre funções ou papéis desempenhados na vida social. O caráter indireto de muitas trocas atuais permite identificar a relações terciárias, mediadas por tecnologias e grande organizações: escrevemos para uma instituição ou telefonamos para um escritório e

⁴ Com os sistemas de comunicação gigantes que desdobram em vários cenários com apoio da mundialização, dificilmente conseguimos imaginar um local preciso de onde nos falamos ou de onde vêm as ordens. Para o autor, o mundo globalizado não passa de um dos poderes anónimos e translocalizados que recebemos num dado momento através das redes de comunicação. Onde um trabalhador cumpre as exigências dos patrões ou chefes não identificáveis, com empresas e sociedades anónimas que ditam regras a partir de lugares obscuros (CANCLINI, 2007).

obtemos respostas despersonalizadas. [...] Relações quaternárias, em que uma das partes não é consciente da existência da relação: ações de vigilância, espionagem telefônica, bancos de dados que sabem muito dos indivíduos ao reunir suas informações pessoais. (CANCLINI, 2007, p. 27).

Estes fatos mostram o quão são complexas essas relações, intermediadas pela globalização através dos sistemas de comunicação, reforçando a homogeneização (im)posta. Na interpretação de Hall (2006) é paradoxal dizer que as identidades dos chamados países do terceiro mundo são “fechadas”, dado que elas são as que mais recebem influências externas, com os efeitos da globalização, e as incorporam nas suas relações sociais. Fato que acaba por ocasionar enormes impactos nestas identidades, que possuem grande valor cultural e diversidade, por serem produtos e uma fonte de criação, que corresponde a todas as “obras de arte, materiais e imateriais, assim como ao saber, aos costumes, à educação, ao pensamento, comportamento e às atitudes que um dado povo acumula através [...] da luta pela liberdade face ao poder e ao domínio” (NTULI, 2015, p. 235). Isto é, ela é fruto da história de um povo, resultante de diversas atividades, tanto materiais como espirituais (política, religiosa, linguística, forças e fraquezas, virtudes e defeitos). No entanto, pode-se resumir a cultura, como conjuntos de práticas sociais de um grupo que o fazem diferente do outro. Para Amílcar Cabral⁵, a luta armada para libertação da Guiné-Bissau e outros países perante o colonialismo português significava uma “marcha forçada” para alcançar o progresso cultural (CABRAL, 2011; NAMOME; TIMBANE, 2017).

O sistema de educação, procura progressivamente incorporar o carácter global, tende a igualar diferentes culturas, começando por suas identidades culturais que são as principais formas de manifestá-las, fato conhecido como processo de aculturação inconsciente nas sociedades não ocidentais. Para o entrevistado A “o processo de aculturação está presente em todas as culturas e civilizações. Na Guiné-Bissau ela resulta da colonização histórica e mental ocidental, por intermédio de políticas públicas e indução de ideologias ocidentalizadas.”

Para o entrevistado C este processo “pode contribuir no silenciamento dos conhecimentos endógenos devido à inviabilização das produções e capacidades locais”.

⁵ Amílcar Cabral foi um político, agrônomo, poeta e teórico marxista guineense e líder da luta armada pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Considerado pai na nacionalidade dos dois países. Foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 em Conacry (Guiné) por dois membros do próprio partido (PAIGC) – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

Estes fatos agravaram-se com o advento da globalização. Veremos agora o caso da Guiné-Bissau na questão da língua crioula e o impacto que essa língua tem no país, tanto nas identidades culturais como na educação. Também da influência da língua crioula com relação às mais de vinte línguas étnicas que a sociedade guineense congloba no seu cotidiano e nas suas práticas culturais.

2 Bipolarização ou multipolarização linguística na Guiné-Bissau?

A Guiné-Bissau é um país plurilinguístico como a maioria dos países da África, a diversidade linguística no continente é enorme, começando com línguas de origem nigero-congolesas e nilo-saariana com destaque do bantu e futa-fula respectivamente, dos crioulos de origem portuguesa. Algumas línguas com grande presença do francês e inglês até a própria LP⁶, francesa e inglesa que em vários países se afastam consideravelmente da norma europeia (CZOPEK, 2012).

Em vista disso, a realidade guineense não foge também desse fenômeno, já que, o país é formado por mais de vinte grupos étnicos⁷ e, cada grupo com a sua língua própria. Nessa pluralidade linguística, ali que entra a língua crioula como o fator de unidade nacional e como um elo de comunicação entre a população guineense de diferentes etnias, falada por 90,4% da população. A LP, a língua oficial, não consegue estabelecer essa relação, falada por 27,1% da população, conforme INE⁸ (2009) onde a grande parte dos falantes se concentra nas principais cidades do país, predominantemente em Bissau (capital). Algumas línguas étnicas têm maior número de falantes que a LP, como: Fula com 28,5%, Balanta com 22,5%. (INE, 2009, p. 22).

Estes dois grupos étnicos têm as suas concentrações nos interiores do país⁹. As pessoas da etnia Fula predominam no leste do país (regiões de Bafatá 60% da população fala essa língua e Gabú 79,6%). Da etnia Balanta no norte e sul (região de Oio com 43,6%, Tombali 46,9% e Quinara com 35,2%). Portanto, são regiões com mais concentração

⁶ Língua portuguesa.

⁷ Estes são os grupos que compõem o mosaico étnico guineense, conforme a população. Fula, Balanta, Mandinga, Papel, Manjaco, Beafada, Mancanha, Bijagós, Felupes, Mansoanca, Balanta Mane, Nalu, Saracule, Sosso, Tanta, Cobia, Jacanca, Cassanga, Baiote, Baja, Cunante, Banhum, Surua, Bambarã, Landuna ...

⁸ Instituto Nacional de Estatística, órgão Estatal encarregado pelas informações estatísticas do país.

⁹ A Guiné-Bissau é dividida administrativamente por três províncias (norte, sul e leste), oito regiões e um setor autónomo (capital do país, cidade de Bissau). Província norte composto por três regiões, Biombo, Cacheu (foi a primeira capital da antiga Guiné-Portuguesa até 1879) e Oio. Província sul com três regiões, Bolama-Bijagós (capital da região é Bolama, também foi capital de antiga Guiné-Portuguesa de 1879 a 1941), Quinara e Tombali e por fim, a província leste formada por duas regiões, Bafatá e Gabú.

dessas etnias na Guiné-Bissau. Assim, a língua portuguesa, no contexto guineense, é um mecanismo para nivelar essa língua e conseqüentemente as suas manifestações identitárias como também o sistema educativo guineense que menospreza essas línguas e identidades culturais por meio do currículo, visto que, é a língua oficial do ensino, contrariando os dados estatísticos e a realidade quotidiana. Onde o uso da língua crioula predomina, até nas instituições públicas e línguas étnicas no interior do país.

A realidade linguística guineense é típica, fato difícil de encontrar no continente africano, um país pluriétnico como a Guiné-Bissau, mas com uma língua nacional não étnica. “A Guiné-Bissau é dos raros países africanos onde uma das línguas étnicas não se impôs como língua franca ou língua dominante. Esse fenômeno deve-se, sem dúvida, à existência do crioulo guineense” (EMBALÓ, 2010, p. 105). A língua que os guineenses não apenas se comunicavam, mas também se defendiam das alienantes agressões do regime colonial na época (FREIRE, 1978).

Por ser vista como uma língua que não pertence ao invasor (língua do explorador ou do inimigo, na época colonial) e muito menos de um determinado grupo étnico, embora 80% do seu léxico tenha a base no português, com muitas palavras pertencentes às diferentes línguas étnicas, a língua crioula é vista como a língua dos guineenses, independentemente da etnia, religião ou região. Aceitação que a faz atingir a percentagem (90,4%) e, em contrapartida, esses mesmos fatores jogam contra a LP na Guiné-Bissau. Considerando que “a língua é uma ferramenta importante para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo na educação, seja ela tradicional ou moderna” (NAMOME; TIMBANE, 2017, p. 40).

Mesmo assim, o português ainda é tido como a língua oficial do país, do ensino e obrigatória em certos locais (por exemplo, nas escolas), isso mostra o seu poder hegemônico, criando sempre artefatos, tanto simbólicos como de exclusão numa sociedade que tenta se orientar segundo as suas diversidades (SILVA, 2008).

É importante lembrar que nós guineenses não precisamos cometer os mesmos erros cometidos pelo colonizador no passado, de proibir as pessoas de falarem as línguas étnicas, porque para melhorar a aprendizagem da língua portuguesa, é preciso ensinar o português como a segunda língua e não a primeira como ocorre na Guiné-Bissau. A língua portuguesa precisa ser ensinada como a segunda língua nos primeiros cinco anos de ensino. Só assim poderemos ter um aproveitamento significativo, tanto na aprendizagem da língua portuguesa, quanto no interesse pela mesma (Entrevistado B).

Esta é uma condição *sine qua non* para melhorar o processo de ensino e aprendizagem de um país que carrega grande diversidades. Segundo Gadotti (2012, p. 107).

Considerar a educação emancipadora como um direito humano nos obriga a rever nossos sistemas educacionais e nossos currículos em função de uma **outra educação possível**, uma educação para o desenvolvimento humano pleno e integral, uma educação para a cidadania e a justiça social, uma educação para outro mundo possível.

A diversidade no caso da Guiné-Bissau no que se refere à língua é a língua crioula e portuguesa, o crioulo estabelece convergência entre diferentes línguas étnicas que existem no país, sendo um elemento de comunicação e de estabelecimento de vínculos sociais no seio das pessoas de diferentes grupos étnicos. Já o português, em muitos aspectos, não consegue manter essa diversidade e vínculos, ocasionando assim um distanciamento e, em simultâneo, o receio de errar ao falar a LP, fato esse que Amílcar Cabral não enxergava, para ele a LP “é a única coisa que podemos agradecer aos “tugas”¹⁰, ao facto de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto na nossa terra” (CABRAL, 1976, p. 60). Logo, ele defendia a LP como língua oficial da Guiné-Bissau e conseqüentemente do ensino. Já para Paulo Freire, a escolha do crioulo como língua oficial representaria a possibilidade de criar uma sociedade nova, uma educação cidadã, emancipatória contrária da educação do invasor que cria o individualismo (GADOTTI, 2012).

Para Cabral (1976) o crioulo só pode ser a língua oficial no “dia em que, de fato, tendo estudado profundamente o crioulo, encontrando todas as regras de fonética boas para o crioulo, possamos passar a escrever o crioulo”¹¹. Fato que vejo como um retrocesso de grande parte dos esforços impregnados para a libertação do jugo colonial e, assim, concordando com Freire, onde ele discorda com Cabral, transparecendo que,

a imposição da língua do colonizador ao colonizado é uma condição fundamental para a dominação colonial, que se estende na dominação não colonial. Não é por acaso que os colonizadores falam de sua língua como língua e da língua dos colonizados como dialeto; da superioridade e riqueza da primeira a que contrapõem a “pobreza” e a “inferioridade” da segunda (FREIRE, 1978, p. 135).

¹⁰ Abreviatura de Portugal, usada muitas vezes de forma depreciativa para designar os portugueses.

¹¹ *Ibidem*.

Conforme Freire, o crioulo podia ser a língua oficial e tinha estrutura para tal, porque, enquanto língua que se fala, já tem a sua estrutura, precisava só de um sério esforço a ser feito no sentido da sua “regulamentação”, na escrita. Estar na Guiné-Bissau ensinou-lhe o óbvio, isto é, que não era possível fazer o ensino na LP, sendo que a língua do invasor estava impregnada dos valores culturais deles e a independência política tinha essa obrigação de impulsionar a independência cultural (FREIRE, 1978; CABRAL, 2011).

O receio de se expressar na LP não ocorre única e exclusivamente nas regiões onde o nível de escolaridade é baixo, mas também na capital Bissau, onde a maioria da população ainda tem o crioulo como a língua do dia a dia. Diferentemente nas regiões que a língua étnica em grande parte constitui o quotidiano dessa população dependendo de região para região o uso da língua étnica varia. Ou seja, em cada região predomina uma língua étnica.

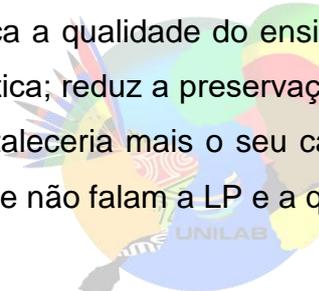
A criança quando nasce, aprende a falar língua dos pais, o que pode ser uma língua étnica; depois na convivência no dia a dia com outras pessoas da etnia diferente, ou não, ela aprende a falar crioulo e, posteriormente, quando tiver acesso à escola, é que irá ter o seu primeiro contacto com a língua portuguesa (Entrevistado D).

A LP na Guiné-Bissau é apenas a língua das relações oficiais, pois, tudo que se faz nesse sentido é através do português. A língua institucionalizada, os documentos oficiais, nas escolas, jornais, na televisão predomina a LP. De acordo com Cá (2008) “A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação para grandes setores da população” (CÁ, 2008, p. 102).

Comunicação que passa necessariamente na decodificação dos códigos linguísticos da referida realidade, o que não acontece na Guiné-Bissau, devido a fatores como: fraca circulação da LP no seio dos guineenses (língua oficial do país e do ensino); a língua crioula falada por quase toda a população, mas não é língua do ensino e por último, as mais de vinte línguas étnicas que circulam e faz parte do dia a dia da grande parte da população guineense, principalmente das pessoas menos escolarizadas, que as têm muitas vezes como a primeira língua. Esta realidade precisa ser estudada minuciosamente e repensada, ou seja, “insistir no ensino do português significa impor à população um esforço inútil e difícil de ser alcançado. Essa imposição seria incoerente no quadro de reconstrução nacional, da criação de uma sociedade nova em que se elimine a exploração de uns por outros” (CÁ, 2008, p. 104).

Com isto posto, quero afirmar e defender a adoção da língua crioula como língua oficial do país e do ensino concomitantemente com a LP para trabalhar nos elementos que possibilitam a sua efetivação; começando no dicionário uniforme até numa gramática sistematizada, ou seja, numa codificação e normalização gráfica, só assim podemos colmatar os problemas enfrentados no país, principalmente na educação. Defendo também uma política capaz de articular essa realidade linguística, com inserção de disciplina que ensina a língua crioula para tornar esse conhecimento que já é prático e experiencial num conhecimento teórico e codificado, torná-la um saber disciplinar e assim por diante.

A oficialização do crioulo mudaria a política linguística do país e como resultado, melhoria à qualidade do sistema educacional, pois, sem a sua oficialização e, com a sua predominância em termo dos falantes, onde é usado principalmente no quotidiano dos guineenses, o crioulo acaba tendo fortes impactos na aprendizagem da língua portuguesa. Fato este que “pressupõe a perda de uma das riquezas e fator unificador da diversidade cultural guineense. [...] Prejudica a qualidade do ensino; inibe pesquisas descritas nessa língua; ocorre alienação linguística; reduz a preservação da língua” (Entrevistados C e A). Já com a sua oficialização, fortaleceria mais o seu caráter de elo de comunicação entre pessoas de diferentes etnias que não falam a LP e a qualidade do ensino.



Assim sendo, é necessário observar a complexidade plurilinguística do país, pois, embora o português seja a língua oficial da Guiné-Bissau e, conseqüentemente, a língua oficial do ensino, continua até aos dias de hoje como a segunda, ou até a terceira língua mais falada no país, dependendo do caso. Isto é, dependendo da constituição da família, a primeira língua pode ser o crioulo, depois a língua étnica a que a família pertence e, por último, o português. Essa ordem pode mudar substancialmente, principalmente no interior do país, onde, na maioria dos casos, a primeira língua é a do grupo étnico a que a família pertence, seguida pelo crioulo como a segunda língua da família (SILVA; SAMPA, 2017, p. 234).

O crioulo é usado para os debates e discussões na Assembleia Nacional Popular. Nos recintos escolares e até nas salas de aula a língua crioula é falada entre os alunos, fato que os professores não fogem. Existem casos que presenciei como aluno no ensino médio onde o professor fala o seguinte: “*para melhor entendimento explicarei em crioulo*”. Assim faz, ele explica o conteúdo de novo em crioulo, na tentativa de passar a mensagem.

Nas escolas, tanto os alunos como os professores usam o crioulo para se comunicarem fora ou até dentro da sala de aula, apesar da tentativa do governo em proibir o uso do crioulo na escola e no recinto escolar, incentivando o uso de português apenas. [...] O crioulo é hostilizado pela política linguística, mas resiste até os dias de hoje, porque quem faz quem usa a língua é o povo. Quem cria a língua, é o povo, é a comunidade e a afirmação linguística não depende da política, mas sim dos usuários (NAMOME; TIMBANE, 2017, p. 44 e 45).

Esses fatos são decorrentes na capital Bissau, nessas situações o que esperar de um aluno do interior da Guiné-Bissau, numa sala de aula, aluno que provavelmente a sua L1¹² é uma das línguas étnicas e o crioulo é ser a sua L2¹³. Ou seja, a sua língua materna e do dia a dia (dentro da sua família e da sua comunidade) não é o crioulo e muito menos o português, mas sim uma língua étnica, no caso de grande concentração das pessoas do mesmo grupo étnico como mencionado acima. A língua crioula é usada para se comunicar com pessoas que pertencem a etnias diferentes.

Portanto, o quadro sociolinguístico da Guiné-Bissau atualmente reflete a opção governamental: a língua portuguesa como língua oficial e as línguas maternas consideradas como meio de comunicação originária da cultura guineense e expressão de comunicação fundamental para a população, enquanto se aguarda a realização das condições econômico-financeiras e a constituição de pessoas capacitadas para o efeito de concretizar as ações capazes de torná-las um instrumento de aprendizagem de leitura e também de outros saberes formalizados (CÁ, 2008, pp. 105 - 106).

Trata-se de uma escolha feita através do viés político e hegemônico e de um conjunto de aparatos burocráticos que preocupava se adequar aos processos de globalização. Assim, manter a língua do “colonizador”, significaria ter a disposição um canal de comunicação e por consequência estabelecer vínculo com a metrópole. Algo que era interpretado pelos governantes guineenses (Amílcar Cabral) como um sinal de privilégio na época e não como um mecanismo simbólico para instaurar a cultura portuguesa e a dominação (neo)colonial. Hoje, essa adoção da língua portuguesa torna-se mais complexa, enquanto a nossa luta já não é para livrar do regime colonial, mas sim a realização do programa maior¹⁴.

¹² Língua Primeira, a primeira língua que o indivíduo aprende e fala de forma espontânea, ela pode ser também de língua materna.

¹³ Língua Segunda. Como o nome remete esta se aprende no decorrer dos tempos ou em simultânea com a outra, mas tendo base a primeira língua, através dos códigos linguísticos da sua L1.

¹⁴ O PAIGC definia o programa maior como o grande objetivo da luta, para eles esse programa seria o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, já que, a luta armada para a libertação do regime colonial era entendida como o programa menor do partido.

Considerações finais

As identidades culturais são mecanismos vivos para afirmação de uma cultura, o que não quer dizer que elas não podem agregar os traços das outras culturas, não obstante, este processo deve ser de maneira natural e não forjado como é atualmente, por todos os sistemas que a globalização dispõe. Pois, nem todos os países ou culturas têm as mesmas condições para a divulgação e a expansão dos seus traços culturais, fato que a globalização não considera. Isso eleva as culturas que têm esse suporte por intermédio da globalização a um estágio (escalão) acima das outras que não têm esse mecanismo, em termo da divulgação e afirmação das suas culturas. Condições essas que tornam as culturas menos divulgadas marginalizadas e muitas vezes tratadas pejorativamente, ao serem consideradas de culturas folclóricas.

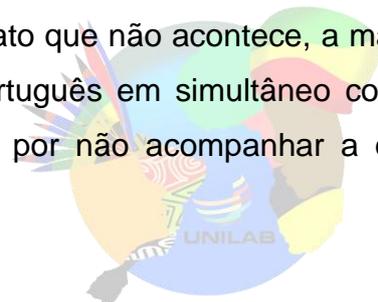
Assim, muitas identidades são rejeitadas, em muitos casos são excluídas pelo sistema global ou até pelos próprios membros em benefício das outras. Muitas identidades são ricas, algumas com mais elementos e riquezas das que são vendidas e consumidas no mundo inteiro com ajuda do capitalismo.

Ao longo deste texto procurei analisar esses fenômenos em diferentes perspectivas. Visto que são temáticas com certo grau de complexidade, por tratar-se das questões ligadas à convivência de um povo, a sua língua e da própria globalização que é um processo de encontros e desencontros e, reiteradamente esse processo ocorre de maneira desigual, como mencionei acima. Ela incentiva a concorrência internacional onde as culturas menos divulgadas são fortemente homogeneizadas. Assim, cheguei ao final dessa reflexão com a certeza de que as discussões sobre esses assuntos precisam ser ampliadas devido à importância que o referido debate tem, não só na Guiné-Bissau como também nos países com características iguais. É preciso uma articulação sólida entre o local e o global, o tradicional e o moderno, entre os saberes experimentais e científicos. Só assim, podemos construir e alavancar um mundo globalizado menos excludente com intercâmbio entre as culturas e diferentes línguas.

Sem essa relação, o processo de ensino e aprendizagem fica comprometido nestes países, já que ele deve ser construído segundo as peculiaridades de cada sociedade (país) e não aprendidas como técnicas universais por parte dos profissionais da área. A valorização dos saberes endógenos também é uma luta em diferentes países, principalmente dos que dependem em grande parte dos financiamentos externos, pois, esses conhecimentos que são fundamentais muitas vezes não são observados nos

currículos escolares. No caso específico da Guiné-Bissau, esses conhecimentos devem fazer parte do currículo, só assim podemos construir uma educação capaz de responder aos verdadeiros problemas que o país enfrenta. Pensar também na importância que as línguas étnicas têm no país, visto que elas têm grandes impactos não só pelo número de falantes, como também na aprendizagem desses indivíduos as outras línguas (quando é L1 do indivíduo), principalmente na língua crioula onde em muitos casos. É possível identificar as influências dessas línguas ora pelo processo de empréstimos e estrangeirismo nos aspetos fonéticos e lexicais, sem falar dos sotaques acentuados nesses falantes, fato que ocorre também no português, mas de forma branda.

É imprescindível a mudança dos métodos que vêm sendo aplicados para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa na Guiné-Bissau como se fosse à língua materna do país e não o contrário. Dado que ela em alguns casos é tida como a terceira língua, paralelamente a essa mudança é necessário também estudar com cuidado a alfabetização das crianças. Pois, o processo de alfabetização a priori era para ser na língua que a criança domina, fato que não acontece, a maioria das crianças começa a ter o primeiro contacto com o português em simultâneo com o processo de alfabetização, nesse caso uma parte acaba por não acompanhar a outra no processo de ensino e aprendizagem.



Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

_____. **Escritos de Educação**. Trad. Maria Alice e Afrânio Catani. 16.ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

CABRAL, Amílcar. **A questão da língua**. *Revista Papia*, vol.1, nº. 1, p. 59-61, 1976.

_____. Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa. EDIÇÕES 70, 2011. p. 356-374.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CUCHE, Denys. **Noção da Cultura nas Ciências Sociais**. 3.ed. Lisboa, Fim de Século Editora, 2006, p. 135-153.

CZOPEK, Natalia. Implantação da língua portuguesa em África e formação da realidade linguística da Guiné-Bissau. In: RENATA, D. S. (Org.). **Identidades revisitadas, identidades reinventadas**: transformações dos espaços sociais, políticos e culturais nos países de língua oficial portuguesa. Varsóvia, s.e., 2012. p.257-274.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Revista Papia**, nº18. p.101-107, 2008.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Revista Papia**, nº18, 2008, p.101-107.

Instituto Nacional de Estatística e Censo da Guiné-Bissau. Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade e outros escritos**. Trad. Tomaz da Silva, Guaracira Louro, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção: vol. 1, nº1, p. 39-57, jan./jun. 2017.

TULI, Pitika P. O elo em falta entre a cultura e a educação: estaremos ainda a perseguir deuses que não nos pertencem? In: MAKAGOBA, Malegapuru William (Org.). **Renascença Africana: Nova Luta**. Lisboa: Ed. Mulemba e Ed. Pedago LDA, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In: Boaventura de Souza Santos (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 103-133.

SIMMEL, Georg. **Natureza da cultura**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

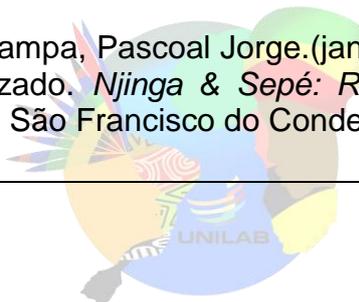
SILVA, Ciro L. da; SAMPA, Pascoal J. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. In: TIMBANE, Alexandre A.; BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues G. (Org.). **Língua Portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate**. RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa, IV série, nº 31, Lisboa, 2017. p. 231-247.

Recebido em: 14/01/2022

Aceito em: 25/05/2022

Para citar este texto (ABNT): SAMPA, Pascoal Jorge. Identidades culturais e educação no mundo globalizado. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº 1, p.206-224, jan./jun. 2022.

Para citar este texto (APA): Sampa, Pascoal Jorge.(jan./jun. 2022). Identidades culturais e educação no mundo globalizado. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (1): 206-224.



Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>